



## Índice

- 01** Capiberibe cobra política de Estado para povos indígenas
- 02** Deputada Janete pede o arquivamento de projetos anti-indígenas
- 03** Índios afirmam que proprietário não se esforça para retirar gado da Fazenda Esperança
- 04** Dilma é recebida com protestos de índios e médicos em Fortaleza
- 05** Começa hoje a Semana dos Povos Indígenas no Maranhão
- 06** SP – Após 48 horas, índios continuam ocupando posto de saúde de Peruíbe
- 07** Bairros da região sul não querem instalação de casa para os índios
- 08** Índios Tembé fazem reféns no Pará em protesto por melhoria na saúde
- 09** Manifesto da AMUNOR e AVENOR sobre invasão de indígenas em Sananduva
- 10** Recesso do Congresso Nacional adia discussão sobre demarcação de terras indígenas



---

**Capiberibe cobra política de Estado para povos indígenas**

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 17.07.2013

O Projeto de Lei Complementar 227/2012 foi alvo de críticas do senador João Capiberibe (PSB-AP) em seu discurso nesta quarta-feira (17). Ele teme que esta e outras normas em tramitação abram as terras indígenas à "supremacia desenvolvimentista", e salientou que falta uma política de Estado em defesa dos índios.

- O governo pode e deve garantir aos índios as terras que lhes foram tomadas e negadas ao longo dos séculos com o apoio dos governos estaduais e federal - declarou.

Na avaliação do senador, as garantias dos índios incluídas na Constituição de 1988 estão em risco. Sobre o aumento do número de conflitos envolvendo terras indígenas, Capiberibe citou artigo em que o jurista Dalmo Dallari contesta a legalidade dos títulos de terra concedidos por atos de governos estaduais que "não tinham condições legais para dispor de bens pertencentes ao patrimônio da União."

João Capiberibe ainda criticou a "grande influência no Parlamento" de representantes do agronegócio que, em seu ponto de vista, pretendem tirar direitos dos povos indígenas e "perpetuar as injustiças sociais". Para ele, deputados e senadores devem se organizar para dar ouvidos a populações que clamam por Justiça.

Da Redação

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



**Deputada Janete pede o arquivamento de projetos anti-indígenas**

SÍTIO AMAZÔNIA BRASIL RÁDIO WEB, 17.07.2013

Brasília, 17/07/2013 – A deputada federal Janete Capiberibe (PSB/AP) afirmou hoje, 17, que “a bancada ruralista quer golpear de morte a política indigenista e os povos indígenas brasileiros. Ao anular o Capítulo VIII da Constituição, quer legalizar o etnocídio”. Ela referia-se à tentativa de aprovar na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar 227/2012, além de outras iniciativas que considera prejudiciais, como a Proposta de Emenda à Constituição 215/2000 e a 237/2013 e o Projeto de Lei 1.610/1996.

A socialista propôs que a Câmara dos Deputados crie um Conselho Permanente de Política Indigenista, formado por índios, com parecer decisório sobre as proposições que os afetam, como forma de cumprir, minimamente, a Portaria 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Com a recente ameaça de aprovação em urgência do PLP 227, ela pediu ao presidente da Câmara que archive a proposta e não instale a comissão especial que analisaria o projeto. Para a deputada que integra a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas e o Grupo de Trabalho Paritário da Questão Indígena, um parlamento ‘claramente desenvolvimentista e anti-indígena’ não tem condições de decidir sobre projetos que afetam os índios.

Janete afirmou que setores desenvolvimentistas do Governo Federal, aliados aos grupos econômicos, pressionam para que os direitos dos povos indígenas sejam fragilizados. Ao contrário, ela propôs que a União cuide da questão indígena como política de Estado, fortaleça a FUNAI com recursos financeiros, infraestrutura e pessoal, determine à Advocacia Geral da União – AGU – o respeito constitucional aos direitos dos povos indígenas e a revogação imediata da Portaria 303, demarque e tire os invasores de todas as terras indígenas.

A socialista considera contraditório que os povos indígenas lutem para não perder direitos, enquanto toda a sociedade brasileira se mobiliza para aumentá-los, além das conquistas obtidas nos 10 últimos anos.

Ela anexou ao seu discurso para que constem nos registros da Câmara dos Deputados a Nota de Repúdio ao ataque aos direitos constitucionais indígenas e a entrevista da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha.

Deputada Janete é defensora dos povos indígenas no Congresso Nacional

Texto

Sizan Luis Esberci

Gabinete da deputada federal Janete Capiberibe – PSB/AP  
61 3215 5209



## **Índios afirmam que proprietário não se esforça para retirar gado da Fazenda Esperança**

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 17.07.2013

Os índios terenas que ocupam a Fazenda Esperança, desde 30 de maio deste ano, afirmam que o proprietário da área Nilton Carvalho da Silva Filho não está se esforçando para retirar os animais da propriedade, conforme acordo firmado na última quinta-feira (11). Teras e fazendeiros concordaram que em 15 dias, a partir daquela data, os donos das fazendas iriam retirar o gado e os pertences, já que os índios avisaram que não vão deixar o local.

Entretanto, até a data de hoje, conforme lideranças indígenas, nada foi feito para que os animais sejam retirados da Aldeia Esperança, nome que eles batizaram a região que abrange as Fazendas Esperança I, II, III e IV, todas de propriedade da família Carvalho e a Fazenda Fazendinha, de propriedade de Míriam Alves Correa.

Segundo as lideranças, apenas Míriam está cumprido o acordo. "Ele veio aqui retirou equipamentos, alguns pertences dele, mas nada de retirar o gado. Se ele não tirar até acabar o prazo não vamos deixar que faça isso depois", dizem as lideranças.

### **O conflito**

A Fazenda Esperança está dentro da área que os terenas exigem a demarcação. Eles requerem a ampliação da reserva Taunay-Ipegue de 6,8 mil para 33,9 mil hectares em Aquidauana – cidade a 143 quilômetros de Campo Grande.

Desde que a fazenda foi ocupada pelos índios em 30 de maio deste ano, esta foi a primeira vez que os fazendeiros e os indígenas tentaram chegar a um acordo. A Justiça Federal chegou a decretar a reintegração de posse da fazenda, sob pena de ação policial se não fosse cumprida. Entretanto, os indígenas não saíram no prazo estipulado e o pedido de reintegração foi revogado.

O advogado do dono da fazenda, Niotom Ribeiro Chaves Jr. reclama ao Jornal Midiamax que quando a Justiça impõe algo a seus clientes ele é obrigado a cumprir, como determina a lei. Mas, no momento em que a decisão era favorável a ele nada foi feito até que outra medida a cancelasse.

Sobre a queixa dos terenas de que seu cliente não está se esforçando para retirar o gado da propriedade, ele nega. E diz que ninguém mais do que Nilton Carvalho da Silva Filho tem interesse em retirar os animais da propriedade. "O interesse maior é dele, de retirar no menor prazo possível. Quanto mais rápido isso acontecer menos prejuízo ele terá, que já está tendo há dias", critica.

Ele explica que a retirada não é um processo fácil e que todos os esforços estão sendo feitos para que isso resolva.



---

**Dilma é recebida com protestos de índios e médicos em Fortaleza**

SÍTIO PORTA ORM, 17.07.2013

*Indígenas de quatro etnias diferentes pedem demarcação de terras no Estado*

A presidente Dilma Rousseff participa na manhã desta quinta-feira da inauguração de duas estações de metrô na capital cearense. Enquanto ela discursa, do lado de fora do local do evento, há protestos de índios, que pedem a demarcação de terras no Estado. Mais cedo, médicos contrários ao mais novo programa do governo federal também fizeram uma manifestação. Houve um princípio de conflito com a polícia, mas já foi controlado.

Cerca de 100 indígenas de quatro etnias diferentes protestam pedindo a demarcação de terras no Estado e a preservação dos poderes da Funai. Em uma praça a cerca de um quilômetro do local, cerca de 200 médicos fizeram uma manifestação contra o veto ao chamado Ato Médico e às novas regras para formação dos estudantes de medicina. No local onde a solenidade é realizada, a surpresa é o baixo número de convidados presentes. Quase metade dos cerca de 200 assentos para convidados estão vazios.

O ministro da Integração, Fernando Bezerra Coelho, deu o tom político ao evento comentando os protestos de junho:

— Teve muita zoadá na rua em junho, a poeira levantou mas ela vai baixar, e quando ela baixar o trabalho do seu governo vai aparecer, portanto, tenho muita confiança que a primeira mulher presidenta do Brasil vai dar conta do recado bem dado — disse o ministro da Integração.

A linha de metrô de Fortaleza começou a ser construída há 14 anos, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, mas só entrou em operação em meados do ano passado. Hoje, ela tem 24 quilômetros ligando Pacatuba, na Região Metropolitana, até o centro de Fortaleza. O custo total está estimado em R\$ 1,5 bilhão e deve atender 350 mil pessoas por dia. Por enquanto, as 18 estações funcionam apenas em operação assistida, das 8h às 12h.



## **Começa hoje a Semana dos Povos Indígenas no Maranhão**

SÍTIO O IMPARCIAL, 17.07.2013

*O evento acontecerá nos dias 17, 18 e 19 e discutirá a situação dos povos indígenas no Estado*

A diversidade cultural é uma marca do nosso país. Essa característica se dá, principalmente, do casamento perfeito entre os três povos matrizes que engendraram o brasileiro: o branco, o negro e o índio. Porém, dentro das suas particularidades, esses três povos são bastante distintos. Exatamente com o intuito de refletir sobre essas diferenças e discuti-las com a sociedade que a Semana dos Povos Indígenas chega a sua sexta edição em 2013.

Com o tema Evidenciando as características multiculturais do Estado do Maranhão, a Semana dos Povos Indígenas, este ano, dará enfoque na questão cultural, na qual os indígenas serão os protagonistas. O evento tem o objetivo de proporcionar um espaço de debate aos participantes, possibilitando aos descendentes diretos dos primeiros habitantes do território do nosso país a exposição de suas práticas, tradições e de suas formas de conviver com o mundo natural e espiritual.

“Infelizmente a população do Maranhão, em geral, não tem muito acesso, de forma direta, a cultura indígena. Isso é ruim porque empobrece a sociedade e alimenta preconceitos. A Semana dos Povos Indígenas vem exatamente para fazer essa ponte, essa aproximação”, avalia João Damasceno Figueiredo Júnior, Coordenador do Setor de Etnologia e Museologia do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão e um dos organizadores da Semana. João Damasceno comentou que outros Estados do país já reconheceram a importância de movimentos que sustentam a relação do índio com o homem da cidade. O Estado do Mato Grosso já institucionalizou uma semana dedicada aos índios no calendário anual.

Muitas questões precisam ser discutidas e conhecidas em relação aos índios pela população maranhense. Segundo o IBGE, são mais de 35 mil vivendo no Estado em aldeias; sem contar a população indígena que já vive nas cidades, que já supera a população que habita as aldeias. A região centro-sul do Estado, que engloba as cidades de Barra do Corda, Montes Altos, Amarante do Maranhão, Grajaú, entre outros, é onde existe a maior concentração de índios no Maranhão. Povos indígenas como o Guajajara – Tenetehara (maior grupo indígena do Estado e a terceira maior população indígena no país), Urubu – Ka’apor, Awá – Guajá, Krikati, Gavião, Canela, Timbira, Kreniê são alguns que estão presentes no Estado.

### **Demarcações Territoriais**

Com números tão significativos, as questões dos povos indígenas se tornam questões do povo maranhense em geral. Segundo a antropóloga e professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Elizabeth Coelho, as demarcações territoriais institucionalizadas pelo governo federal garantem segurança e legitimam o direito dos povos indígenas. Todavia, as

CONT.



políticas públicas não são o suficiente e, às vezes, são implantadas de forma equivocada. "As escolas, dentro das aldeias, muitas vezes atrapalham o desenvolvimento daquela população. Porque, além de modificar a rotina natural do ambiente, não existe nenhuma identificação, por parte dos índios, com o que é ensinado. É o caso do povo Awá – Guajá no Maranhão", explica a antropóloga que participará de uma mesa redonda sobre as questões territoriais indígenas.

Uma vasta programação foi preparada para os três dias do evento, que contará com o apoio intelectual de autoridades indígenas e estudiosos. Várias atividades, como mesas redondas, feira de artesanato e exposição do acervo arqueológico, mostra de vídeos, oficinas temáticas de pintura corporal, minicursos sobre os mitos e língua, entre outras, foram elaboradas pela organização do evento. Todas abertas gratuitamente ao público.

A abertura da Semana acontecerá no Teatro Alcione Nazaré, às 08h30min da manhã. Contará com a presença da cantora indígena Djuena Tikuna, que apresentará o hino nacional brasileiro na língua Tikuna.

#### Homenageada da Semana

O evento homenageará a maranhense Sônia Guajajara. A jovem é uma das lideranças de maior destaque na atualidade em nível nacional. Hoje em dia, Sônia exerce o cargo de vice-coordenadora geral da Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, ocupando um cargo na diretoria da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, que é a maior instância política do movimento indígena no país. Recentemente Sônia chamou a atenção da mídia especializada na conferência da ONU para o meio ambiente em Cancun no México. Ela é militante há mais de duas décadas.

Com formação em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão, aos 39 anos, Sônia tem é casada e mãe de três filhos.



---

**SP – Após 48 horas, índios continuam ocupando posto de saúde de Peruíbe**  
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 17.07.2013

Do G1 Santos

Após 48 horas de protesto, 15 índios de seis aldeias de Peruíbe, no litoral de São Paulo, continuam ocupando o posto de saúde do município.

Na tarde desta terça-feira (16), os indígenas conversaram com funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). "A gente está encaminhando documentos para o Ministério Público Federal de Santos para ver se vamos conseguir retomar esses atendimentos de forma eficaz", explica o coordenador técnico da FUNAI, Cristiano Hutter.

Os índios prometem continuar a ocupação do posto até o fim da semana e exigem a presença do presidente da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que administra o sistema em todo o país. "Nossas reivindicações são um atendimento melhor, veículo adequado para fazer o transporte dos doentes, remédio e médicos especializados para atender melhor a gente", pede o cacique Awa Tenondegua. "Estão contratando muita gente só pela base e que não vai visitar a gente na aldeia, até por motivos de carros quebrados. Mas também estão fazendo um descaso porque eles não tem uma fiscalização da parte de um órgão superior deles", completa o cacique Paraguassu Jorge.

Os índios ocuparam o posto na segunda-feira (15), antes dos funcionários chegarem para trabalhar. Durante todo o dia a equipe médica foi impedida de sair da unidade e, após 12 horas de protesto, os índios liberaram os funcionários. Uma reunião com a FUNAI e promotores da Justiça Federal foi agendada para sexta-feira (19).



## **Bairros da região sul não querem instalação de casa para os índios**

SÍTIO O PARANÁ, 17.07.2013

*Hoje à noite tem encontro para discutir o assunto. Moradores pedem audiência pública*

Uma reunião será realizada hoje, às 20h, no salão comunitário do Jardim União, região sul de Cascavel, onde será debatido pelas lideranças e população dos bairros daquela região a provável instalação da Casa de Passagem Indígena. Todos os presidentes das associações não querem que o projeto seja concretizado, pois entendem que a comunidade deveria ser ouvida e o assunto debatido em audiência pública. O terreno fica localizado próximo à Rua Rio da Paz, na área rural.

Um dos organizadores do encontro é o presidente do Jardim União, Izair Fávero. Ele afirma não ser contrário à medida, mas garante que a população foi excluída do direito de opinar. "Uma audiência pública seria o mais justo. Nós como líderes comunitários, em nenhum momento fomos procurados. Nem eu, nem um deputado ou vereador pode impor algo sem saber se o povo concorda", comenta.

Izair, apesar de organizador, é o mais ponderado. Os outros presidentes de comunidades da região são extremamente contrários. "Não aprovo. Eles têm o lugar deles na aldeia e a terra deles. Além de viver brigando por mais terra, agora querem vir para cá? A prefeitura deve investir na população da cidade e não neles. Não os quero na minha região", afirmou a presidente do Bairro Universitário, Sandra Mara Soldan.

Felicidade, Valmir Carlos Neves, o Paçoca.

Já a representante dos moradores do Turisparque, Claudezina Ponciaro, dúvida da eficácia do projeto. "Se não houver uma estrutura adequada, não vai funcionar. Se eles continuarem a agir como fazem na rodoviária, não acho certo eles virem fazer o mesmo aqui. Precisamos ter certeza que será um bom projeto e funcional, e que não cause mais problemas", afirmou. Outro lado

O vereador e indigenista Paulo Porto (PCdoB) defende que o melhor lugar para a instalação seria ao lado da rodoviária, tanto pela proximidade e outros fatores. Porém, ele disse que concorda com as razões da escolha do local. "As lideranças kaingang vistoriaram a área e aprovaram. A Secretaria de Assistência Social tem esse respaldo", conta. Quanto à vantagem de estar instalado próximo à Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), ele ressalta a possibilidade de serem estabelecidos convênios com a instituição de ensino.

Ele apoia o projeto, mas acredita que a maneira ideal de funcionamento seria uma espécie de Cras (Centro de Referência em Assistência Social) indígena, dando todo suporte necessário. Sobre a negativa da população da região sul, a secretária de Assistência Social, Inês de Paula, diz que a única alternativa é o diálogo. "Esperamos que a comunidade entenda e entre em contato conosco. Não fui convidada, mas estou à disposição para explicar o lado do Poder Executivo", disse Inês.



---

**Índios Tembé fazem reféns no Pará em protesto por melhoria na saúde**  
SÍTIO NORTÃO NOTÍCIAS, 17.07.2013

Duas servidoras da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) estão sendo mantidas reféns por índios Tembé na área indígena do Alto Rio Guamá, no município de Santa Luzia do Pará, nordeste do estado.

Segundo informações do Distrito de Saúde Indígena (DSEI) da região, as servidoras estão impedidas de sair da aldeia desde a manhã de terça-feira (16), quando foram ao local para auxiliar a comunidade a eleger os delegados que iriam representar a tribo na quinta conferência de saúde indígena, que acontece em setembro em Belém.

"Nós tememos pela integridade física delas. Este é o mesmo grupo que invadiu o DSEI e fez ameaças de morte para a coordenadora anterior. Falamos com as funcionárias quando os índios permitem, e elas relataram que sofreram ameaças verbais e estão abaladas", disse Leone Rocha, coordenador do Distrito de Saúde Indígena Guamá-Tocantis.

Os índios Tembé pedem melhorias no atendimento à saúde, além de reclamar da falta de transporte, medicamentos, telefonia e acesso a internet na área. Cerca de 200 índios vivem na aldeia Tembé. Segundo Rocha, antes da ação dos índios o distrito já havia tentado dialogar com a tribo, mas o grupo não se mostrou disposto ao diálogo.

Segundo informações da Polícia Federal, o Ministério da Saúde, a Funai e a PF em Brasília já foram comunicados para que sejam enviados representantes para negociar a liberação das funcionárias.



---

**Manifesto da AMUNOR e AVENOR sobre invasão de indígenas em Sananduva**  
SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 17.07.2013

A Associação dos Municípios da Região Nordeste Riograndense (AMUNOR), em nome dos 18 prefeitos a que representa, juntamente com a AVENOR a qual representa 166 vereadores, vem ao público manifestarem-se sobre os eventos ocorridos no município de Sananduva face a invasão de grupos de indígenas em propriedades particulares e define posicionamentos:

01 – A AMUNOR e a AVENOR posicionam-se incondicionalmente a favor do município de Sananduva e de seus habitantes, deixando claro que respeita os direitos dos indígenas porém não pode para tanto ver outros direitos sendo ceifados;

02 – A AMUNOR e a AVENOR solicitam do Governo Federal cópia dos documentos que comprovam o cancelamento de futuras demarcações de áreas indígenas definido em discursos e pela imprensa;

03 – A AMUNOR e a AVENOR solicitam ao Governo do Estado que garanta a segurança dos habitantes do município de Sananduva e região, designando força policial especial imediatamente, garantindo com isso a ordem social e evitando novos confrontos;

04 – A AMUNOR e a AVENOR sugerem aos municípios que compõem a associação que decretem “Estado de Emergência” em função da falta de segurança de seus munícipes e em especial ao município de Sananduva;

05 – A AMUNOR e a AVENOR se solidarizam as famílias atingidas e envolvidas no conflito do dia 15 de julho de 2013 que resultou na hospitalização de algumas pessoas e bens públicos e particulares depreciados;

Região Nordeste do Estado, 16 de julho de 2013.

SEGER LUIZ MENEGAZ - Presidente da AMUNOR

ALCEU FOIATTO - Presidente da AVENOR



---

**Recesso do Congresso Nacional adia discussão sobre demarcação de terras indígenas**  
SÍTIO RURAL BR, 17.07.2013

*Atividades parlamentares retornam em agosto*

A partir desta quinta, dia 18, o Congresso Nacional entra em recesso, as votações e audiências nas comissões especiais ficarão suspensas até o dia 31 de julho. Com isso, a apreciação de diversos temas – entre eles assuntos que interessam ao agronegócio, como a demarcação das terras indígenas –, ficam para agosto.

Para Flávio Britto, advogado especialistas em direito eleitoral, o recesso é ilegal, pois o recesso só poderia ocorrer após a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

– Se a Câmara e o Senado não cumpriam com essa obrigatoriedade constitucional, como eles querem ter recesso?

Durante o recesso branco, as comissões também serão suspensas. A alteração do processo de demarcação das terras indígenas, que tem sido debatida durante as audiências públicas e está longe de ser resolvida, deve ser prejudicada com o recesso.

A base governista acredita que estas duas semanas serão úteis para tentar barrar o projeto de lei complementar que determina que os interesses do Estado devem se sobrepor aos dos povos indígenas, além do trânsito livre de órgãos do governo em terras demarcadas.

– Fomos pegos de surpresa com a urgência desse projeto, conseguimos impedir a votação semana passada. A gente espera sensibilizar a Câmara que não se pode mudar a Constituição na calada da noite. Isso é um desrespeito aos direitos das minorias e aos povos indígenas – diz o deputado Padre Ton (PT-RO).